

volume

29/1

jan/2024

ICH - UFPel

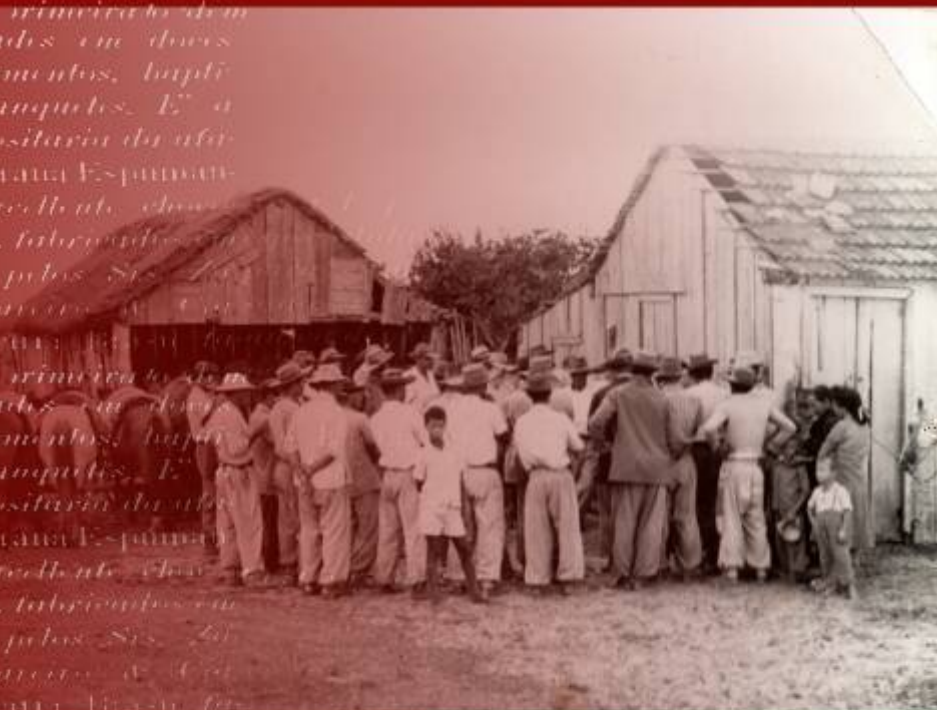


# História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

Quilombos: Territorialidades, Festejos e Gênero

*As Leis Primeira e Segunda... especialidades em doces especialidades em doces para casamentos, baptipara casamentos, baptisados e banquetes. E' usados e banquetes. E' a unica depositaria da ultramarina depositaria da ultramarina Guarana Espumante Guarana Espumante e do excelente chovero e do excelente chovero. Lacta, fabricados em Lacta, fabricados em S. Paulo pelos Srs. Zos. Paulo pelos Srs. Zos. nolla Leocadio & C. nolla Leocadio & C. A. Contador Brasil. A. Contador Brasil.*





**Obra publicada pela  
Universidade Federal  
de Pelotas**

*Reitora*

Isabela Fernandes Andrade

*Vice-Reitora*

Ursula Rosa da Silva

*Chefe do Gabinete da Reitoria*

Aline Ribeiro Paliga

*Pró-Reitora de Ensino*

Maria de Fátima Cossio

*Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação*

Flávio Fernando Demarco

*Pró-Reitora de Extensão e Cultura*

Eraldo dos Santos Pinheiro

*Pró-Reitor de Assuntos Estudantis*

Rosane Maria dos Santos Brandão

*Pró-Reitor Administrativo*

Ricardo Hartlebem Peter

*Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento*

Paulo Roberto Ferreira Júnior

*Pró-Reitor de Gestão de Pessoas*

Taís Ulrich Fonseca

*Editora e Gráfica Universitária - Conselho Editorial*

*Presidente do Conselho Editorial:* Ana da Rosa Bandeira

*Representantes das Ciências Agrárias:* Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR) e Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner

*Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra:* Eder João Lenardão (TITULAR)

*Representantes da Área das Ciências Biológicas:* Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Francieli Moro Stefanello

*Representantes da Área das Engenharias:* Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)

*Representantes da Área das Ciências da Saúde:* Fernanda Capella Rugno (TITULAR) e Anelise Levay Murari

*Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas:* Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Eduardo Grala da Cunha e Maria da Graças Pinto de Britto

*Representante da Área das Ciências Humanas:* Charles Pereira Pennaforte (TITULAR), Lucia Maria Vaz Peres e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior

*Representantes da Área das Linguagens e Artes:* Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR), Chris de Azevedo Ramil e João Fernando Igansi Nunes

*Instituto de Ciências Humanas*

*Diretor:* Prof. Dr. Sebastião Peres

*Vice-Diretora:* Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini

*Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner*

*Coordenadora:*

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

*Membros do NDH:*

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

Prof. Dra. Márcia Janet Espig

*Técnico Administrativo:*

Paulo Luiz Crizel Koschier

*História em Revista* – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica – Prof<sup>a</sup>. Beatriz Loner

*Comissão Editorial:*

Prof<sup>a</sup> Dra. Lorena Almeida Gill  
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Márcia Janete Espig  
Prof. Dr. Jornas Vargas  
Paulo Luiz Crizel Koschier

*Conselho Editorial:*

Prof<sup>a</sup>. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U.,  
Universidad de los Andes, Santiago, Chile  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)  
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)  
Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)  
Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)  
Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)  
Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de  
Uberlândia)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Karina Ines Ramacciotti,  
(UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)  
Prof<sup>a</sup>. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPEL)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Antônia Lopes (Universidade de Coimbra)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de  
Évora)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do  
Minho)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de  
La Pampa – AR)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto  
Hurtado – Chile)  
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)  
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos  
Aires).  
Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)  
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)  
Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)  
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

*Editora:* Lorena Almeida Gill

*Editores do Volume:* Claudia Daiane Garcia Molet (UFPEL) |  
Natália Garcia Pinto (UFPEL)

*Editoração e Capa:* Paulo Luiz Crizel Koschier

*Imagem da capa:* Quadro fotográfico composto por meninos,  
algumas mulheres, homens negros. Veem-se cavalos, casa de  
madeira com telhas francesas e galpão de mesmo material. Lê-  
se no verso: “Reforma Agrária. Negros Teixeira”. Campo dos  
Teixeiras. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Arquivo  
Particular Campo dos Teixeiras. FCT11

*Pareceristas ad hoc:* Álvaro Barreto | André Fagundes | André  
Lopes | Benedita Celeste Pinto | Bruno Martins | Caroline  
Braga Maciel | Cassiane Paixão | Cesar da Costa | Daniela  
Carvalho | Deise Cristina Schell | Iamara Viana | Jonas  
Vargas | Josimeire Alves | Lidiane Friderichs | Lua Gill da  
Cruz | Lucimar Felisberto dos Santos | Maciel Carneiro |  
Manuel Alves de Sousa Júnior | Márcio Sônego | Mariane  
Balén | Paulo Cadena | Paulo Moreira | Paulo Roberto  
Rodrigues Soares | Paulo Sérgio Silva | Petrônio Domingues  
| Raquel Dias | Rosane Rubert | Sidney Daniel | Sidney  
Gonçalves Vieira | Ynaê Lopes dos Santos

*Editora e Gráfica Universitária*

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |  
Fone/fax: (53)3227 8411  
e-mail: editora@ufpel.edu.br

*Edição:* 2024/1

ISSN – 2596-2876

*Indexada pelas bases de dados:* Worldcat Online Computer  
Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso  
| International Standard Serial Number | Worldcat |  
Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

**UFPEL/NDH/Instituto de Ciências Humanas**

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770  
Fone: (53) 3284 3208 - <http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>  
e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br



Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional  
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733  
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê: Quilombos: Territorialidades, festejos e gênero) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.29, n.1, jan. 2024. – Pelotas: UFPel/NDH, 2024 – 284 p. ; 7,01 MB

Semestral

e-ISSN: 2596-2876

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index>

1. História – Periódico 2. Quilombos 3. Gênero

CDD: 907

---

Os textos contidos neste volume são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores. Salvo informação explícita em contrário, o(a)(s) autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume. O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada artigo é de inteira e exclusiva responsabilidade dos mesmos.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> PRESENTATION <i>Claudia Daiane Garcia Molet   Natália Garcia Pinto</i>	<b>08</b>
<b>HISTÓRIA EM REVISTA: UM BREVE HISTÓRICO E ALGUNS NÚMEROS</b> HISTORY IN REVIEW: A BRIEF HISTORY AND SOME NUMBERS <i>Lorena Almeida Gill   Paulo Koschier</i>	<b>12</b>
<b>“SOU FRUTO LONGÍNQUO DA RAIZ LUIZA”: FAMÍLIA E TERRITORIALIDADES NEGRAS A PARTIR DO QUILOMBO RINCÃO DOS FERNANDES</b> “I AM FAR DESCENDING OF ROOT LUIZA”: FAMILY AND BLACK TERRITORIALITIES FROM THE QUILOMBO RINCÃO DOS FERNANDES <i>Vanessa Flores dos Santos   Franciele Rocha de Oliveira</i>	<b>17</b>
<b>QUILOMBOS RINCÃO DOS CAIXÕES E LINHA FÃO: O ESTAR NO MUNDO DE UM TERRITÓRIO NEGRO NO PLANALTO DO RIO GRANDE DO SUL (DO SÉCULO XIX AO TEMPO PRESENTE).</b> QUILOMBOS RINCÃO DOS CAIXÕES AND LINHA FÃO: BEING IN THE WORLD OF A BLACK TERRITORY ON THE RIO GRANDE DO SUL PLATEAU (FROM THE 19 <sup>TH</sup> CENTURY TO THE PRESENT TIME) <i>Maria do Carmo Moreira Aguiar</i>	<b>36</b>
<b>CONTANDO TEMPOS E ARRANJANDO ESPAÇOS: ALGUMAS PROPOSTAS DE PERIODIZAÇÃO DOS MOCAMBOS E QUILOMBOS, SÉCS. XVIII-XXI</b> COUNTING TIMES AND ARRANGING SPACES: SOME PROPOSALS FOR THE PERIODIZATION OF MOCAMBOS AND QUILOMBOS, 19 <sup>TH</sup> CENTURY. XVIII-XXI <i>Claudia Daiane Garcia Molet   Flávio Gomes</i>	<b>59</b>
<b>QUILOMBOS: ORGANIZAÇÕES SOCIAIS INTERÉTNICAS</b> QUILOMBOS: INTERETHNIC SOCIAL ORGANIZATIONS <i>Jamille Pereira Pimentel dos Santos</i>	<b>77</b>

- “GUARDEI PRA LEMBRANÇA”: MEMÓRIAS DO RITUAL DO ENSAIO DE PAGAMENTO DE PROMESSA DE QUICUMBI DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (TAVARES/RS)**  
 “I KEPT IT AS A MEMORY”: MEMORIES OF THE ENSAIO DE PAGAMENTO DE PROMESSA RITUAL OF QUICUMBI FROM THE BROTHERHOOD OF NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (TAVARES/RS)  
*Luciene Mourige Barbosa* **92**
- TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA: UMA ANÁLISE SOCIOETNOCULTURAL DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E DAS FESTAS, FOLIAS E REZAS**  
 QUILOMBOLA TERRITORY AND TERRITORIALITY: A SOCIO-ETHNOCULTURAL ANALYSIS OF FOOD PRODUCTION AND PARTIES, REVELRY AND PRYERS  
 TERRITORIO Y TERRITORIALIDAD QUILOMBOLA: UM ANÁLISIS SOCIOETNOCULTURAL DE LA PRODUCCIÓN DE ALIMENTOS Y FIESTAS, JOLGORIO Y ORACIONES  
*Hélio Rodrigues dos Santos | Ana Tereza Ramos de Jesus Ferreira | Geraldo Eustáquio Moreira* **114**
- FESTA E POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO PRATIGI (BA)**  
 PARTY AND POLITICS: AN ANALYSIS OF THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF PRATIGI (BA)  
*Fábio Júnior da Luz Barros* **138**
- TRAJETÓRIA DE VIDA E IDENTIDADE PARA DUAS MULHERES NEGRAS, MÃE E FILHA DO QUILOMBO MANOEL DO REGO, CANGUÇU/RS**  
 TRAJETÓRIA IN LIFE AND IDENTITY FOR TWO WOMEN BLACK MOTHER AND DAUGHTER OF QUILOMBO MANOEL OF TRENCH CANGUÇU/RS  
*Nara Beatriz Matias Soares | Marcus Vinicius Spolle* **158**
- RESISTÊNCIA E IDENTIDADE: ANÁLISE DE COMO A ESCOLA ATUA NO PROCESSO IDENTITÁRIO QUILOMBOLA EM HELVÉCIA**  
 RESISTANCE AND IDENTITY: ANALYSIS OF HOW THE SCHOOL WORKS IN THE QUILOMBOLA IDENTITY PROCESS IN HELVÉCIA  
*Julia Silva da Ressurreição | Magno Santos Batista* **177**

**O FÓRUM DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO LITORAL MÉDIO COMO  
INSTRUMENTO DE CONQUISTA DE DIREITOS!**

THE FORUM OF QUILOMBOLA COMMUNITIES OF THE MIDDLE COAST AS AN  
INSTRUMENT FOR GAINING RIGHTS!

*Jorge Amaro de Souza Borges* **188**

**ARTIGOS LIVRES**

**ABORDAGENS HISTÓRICAS SOBRE O LITORAL DO PIAUÍ, NICOLAU DE  
REZENDE, RIO PARNAÍBA E A CARTOGRAFIA NACIONAL**

HISTORICAL APPROACHES TO THE COAST OF PIAUÍ, NICOLAU DE REZENDE,  
PARNAÍBA RIVER AND NATIONAL CARTOGRAPHY

*Maria Natielly Soares Campos | Johny Santana de Araújo* **212**

**A ATUAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) NAS DIFERENTES  
CONJUNTURAS POLÍTICAS ATÉ O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

THE PERFORMANCE OF THE BRAZILIAN COMMUNIST PARTY IN DIFFERENT  
POLITICAL SITUATIONS UNTIL THE CIVIC-MILITARY DICTATORSHIP OF 1964

*Renato da Silva Della Vechia | Alana Huttner Wolter | Igor Venzke Pinheiro* **229**

**DISCUTINDO A DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM AULAS DE HISTÓRIA:  
SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS COM O USO DO VÍDEO**

DISCUSSING THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP IN HISTORY CLASSES:  
DIDACTIC SEQUENCES USIN VIDEO

*Cláudio Alves Pereira | Daniel Aparecido Ferreira* **248**

**OS COLÉGIOS NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL  
NO SÉCULO XIX**

THE SCHOOLS IN THE PROVINCE OF SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL  
IN THE 19<sup>TH</sup> CENTURY

*Eduardo Arriada | Chéli Nunes Meira* **265**

# “SOU FRUTO LONGÍNQUO DA RAIZ LUIZA<sup>1</sup>”: FAMÍLIA E TERRITORIALIDADES NEGRAS A PARTIR DO QUILOMBO RINCÃO DOS FERNANDES<sup>2</sup>

“I AM FAR DESCENDING OF ROOT LUIZA”: FAMILY AND BLACK TERRITORIALITIES FROM  
THE QUILOMBO RINCÃO DOS FERNANDES

*Vanessa Flores dos Santos<sup>3</sup>*

*Franciele Rocha de Oliveira<sup>4</sup>*

---

**Resumo:** Este artigo apresenta parte das investigações empíricas com as famílias que atualmente constituem a comunidade quilombola de Rincão dos Fernandes, localizada em Uruguaiana, na fronteira do estado do Rio Grande do Sul. Desde a primeira inserção em 2019, utilizou-se uma série de técnicas de investigação, com apoio no trabalho etnográfico e micro-histórico, que pudessem elucidar as dinâmicas sociais e familiares que atravessam gerações, considerando as narrativas baseadas na memória coletiva sobre o legado de antepassados, como o casal Luiz e Eva e a primogênita Luiza Fernandes, que viveram a experiência do cativeiro e a liberdade e que configuraram relações territoriais específicas e, no tempo presente, reafirmam uma identidade étnico-racial. Este texto ressalta os pontos de conexão entre a tradição oral e a informação encontrada em arquivos diversos sobre as experiências de escravidão, da liberdade e do pós-Abolição, com ênfase nas estratégias intergeracionais do grupo para assegurar a permanência na terra.

**Palavras chave:** Comunidade Quilombola Rincão dos Fernandes. Escravidão. Pós-Abolição. Territórios negros. Quilombos. Uruguaiana.

**Abstract:** This article presents part of the empirical investigations with the families that currently constitute the quilombola community of Rincão dos Fernandes, located in Uruguaiana, on the border of the state of Rio Grande do Sul. Since the first insertion in 2019, a series of investigation techniques have been used, supported by ethnographic and micro-historical work, which could elucidate the social and family dynamics that cross generations, considering narratives based on collective memory about the legacy of ancestors, such as the couple Luiz and Eva and the firstborn Luiza Fernandes, who lived the experience of captivity and freedom and who configured specific territorial relations and, in the present time, reaffirm an ethnic-racial identity. This text emphasizes the points of connection between oral tradition and the information found in different archives about experiences of slavery, freedom and the post-Abolition period, with an emphasis on the group's intergenerational strategies to ensure permanence on the land.

**Keywords:** Quilombola community of Rincão dos Fernandes. Slavery. Post-abolition. Black territories. Quilombos. Uruguaiana

---

<sup>1</sup> Primeira frase do poema “O grito negro na voz quilombola” (2018), de Vanda de Castro Moraes, liderança da Comunidade Quilombola Rincão dos Fernandes.

<sup>2</sup> Este artigo foi vencedor do 1º lugar, na categoria Artigos do Prêmio ADPERGS de Direitos Humanos - Lélia Gonzalez, concedido em 2022 pela Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Antropologia e Cidadania (NACi/UFRGS). Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário - Antropologia no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/RS). E-mail: vaneflorsantos@gmail.com

<sup>4</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM). Bolsista CAPES DS. Membro do Grupo de Estudos Sobre Pós-Abolição (GEPa UFSM). E-mail: franciele.r.oliveira@gmail.com



## Introdução

Este artigo reúne parte das conclusões da pesquisa empírica, realizada junto à comunidade quilombola Rincão dos Fernandes, localizada em Uruguaiana, na fronteira do estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa teve por finalidade a elaboração de um relatório técnico de caráter sócio-histórico-antropológico, visando fornecer subsídios ao pleito territorial de Rincão dos Fernandes frente ao Estado brasileiro, através do acesso à política pública de regularização fundiária de territórios quilombolas. Contudo, nesse artigo não abordaremos informações referentes ao pleito territorial da comunidade de Rincão dos Fernandes, considerando o respeito às etapas do processo administrativo.

Apresentamos uma síntese do histórico de ocupação do quilombo, abordado em primeiro ponto, relacionado ao acompanhamento das trajetórias familiares e vínculos de parentesco identificados. De igual forma, a segunda parte do texto está centrada na memória construída pelo grupo quilombola, sua construção identitária e suas práticas de resistência na terra frente à discriminação racial.

Em relação às referências com que dialogamos para abordar o conceito de quilombo em nosso texto, referimos à produção de antropólogas como Eliane O'Dwyer (2002), Ilka Boaventura Leite (2000; 2004) e Alfredo Wagner de Almeida (2002), que distinguem as definições coloniais e jurídico-formais de quilombo dos processos de autoafirmação identitária das coletividades quilombolas no presente. Da perspectiva teórica a que nos reportamos, considera “saber como essa categoria focalizada se constitui hoje enquanto elemento de mobilização política de inúmeros grupos sociais” (2002, p. 76), com atenção à trajetória de resistência coletiva e relação com o território vivido, ocupado, que constitui a memória de cada grupo. A territorialidade é compreendida, portanto, enquanto um “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território” (LITTLE, 2002, p.03). Abordamos as relações territoriais específicas tecidas geração após geração enquanto forma de ocupação coletiva das terras, que compreendem relações ecológicas, produtivas, vínculos familiares, saberes, práticas de cura e religiosidade.

## Em busca de Luiza: os escravizados por João Fernandes da Silva e Maria Inocência Vidigal

Nos primeiros diálogos com os moradores da comunidade quilombola Rincão dos Fernandes, a história recontada a partir do que a memória coletiva permitia acessar e reelaborar, passando de geração em geração dentro das famílias quilombolas, era de que “sempre ali estiveram”, desde os seus ancestrais mais remotos, entre os quais, o nome da escravizada *Luiza* era sempre mencionado<sup>5</sup>. *Luiza* era a avó da senhora Maria Teresa de

---

<sup>5</sup> Maria Teresa de Castro Moraes: depoimento [18 de dezembro de 2019]. Uruguaiana: Comunidade Quilombola Rincão dos Fernandes, 2019.

Castro Moraes<sup>6</sup>, então moradora mais velha da comunidade e mãe de Rita e Julieta, de modo que todas teriam adotado o sobrenome Fernandes, que identifica a comunidade quilombola.

Pudemos ouvir as memórias recontadas pelas palavras de Maria, que, aos 89 anos em 2019 nos recebeu em sua casa. Naquele momento, partilhou por uma hora e meia suas memórias sobre aquele local e as histórias de seus mais velhos. Disse-nos que ali havia nascido, em 13 de março de 1930, pelas mãos da parteira Antônia e sempre morado, como sua mãe Rita e, esta por sua vez, com sua avó Luiza. Local onde também se casou e criou seus filhos e onde toda sua família trabalhou. Sua relação com aquele território estava, portanto, fortemente atrelada às suas relações familiares e aos laços ali estabelecidos. Maria não conheceu a avó Luiza, no entanto, a memória sobre ela estava ligada ao fato de ter sido cativa.



**Imagem 1:** Dona Maria Teresa de Castro Moraes. Foto realizada no dia de sua entrevista, em sua casa, na Comunidade Quilombola Rincão dos Fernandes. Maria segurava louça antiga que a família teria ganhado dos patrões.

**Fonte:** Foto realizada por Franciele Rocha de Oliveira, em 18 de dezembro de 2019. Residência de Maria, Comunidade Quilombola Rincão dos Fernandes, Uruguaiana/RS.

---

<sup>6</sup> As informações relativas aos vínculos familiares, geração, datas de nascimento e morte e condições jurídicas dos membros da família Fernandes abordados ao longo de nosso texto encontram-se compiladas no quadro elaborado pelas autoras conforme imagem 3 - Representação genealógica da família Fernandes.

Luiza foi o primeiro nome que passamos a seguir, em busca de fontes documentais, que pudessem expressar as realidades ali vivenciadas em escravidão e liberdade, remontando suas famílias e os laços ali conformados. Apresentaremos os resultados da busca a partir de Luiza, que se tornou uma porta de entrada, junto das fontes orais, para o reconhecimento dos sujeitos escravizados naquele território pelos casais Antônio Martins de Oliveira e Gertrudes Perpetua Vidigal e João Fernandes da Silva e Maria Innocência Vidigal, herdeiros de Francisco Valentim.

A pesquisa demonstrou que as terras da sesmaria de Francisco Valentim, entre os arroios Camoatim e Garupá, distribuídas entre os seus herdeiros, a partir dos anos 1850, tornaram-se a Estância Olhos D'Água a partir dos anos 1860. Neste contexto, os casais mencionados aumentaram suas fortunas, com a produção agropecuária, sobretudo com a criação de gado, tendo como base a mão de obra escravizada e a de libertos, ex-escravizados e, depois, nascidos de *Ventre Livre*. Nossos estudos comprovam que neste período (até os anos 1870), os casais referidos chegaram a possuir cerca de 39 pessoas escravizadas, que ali trabalharam e constituíram fortes relações. Entre eles, estava a família de Luiza, composta por seus pais e irmãos, bem como por seus padrinhos e madrinhas.

Ao conversarmos com os quilombolas, a história que se contava era a de que o nome Fernandes assim o era em razão do padre *João Vicente Fernandes* (CLOS, 2011). Portanto, investigamos todos os livros de batismos da capela de Nossa Senhora de Santana do Uruguai, através da plataforma *Family Search*, no período de atuação do padre. Então, localizamos o batismo de sete crianças, que nos mostraram os elos mais complexos, que ligavam, de fato, os ancestrais quilombolas ao padre, mas, especialmente, a *João Fernandes da Silva*. Em 5 de julho de 1861, João Fernandes da Silva foi até a Igreja Matriz com a finalidade de batizar tais crianças, nascidas entre 1855 e 1861, filhas de mulheres escravizadas e exploradas por ele e sua esposa. Na ocasião, o padre João Vicente Fernandes era o vigário responsável e, em meio aos batismos dos escravizados por João Fernandes, estava Luiza, nascida em 14 de setembro de 1859<sup>7</sup>, que, por alguma razão ainda não desvendada, foi registrada como escrava pertencente ao padre e não ao senhor em questão, diferindo-se dos demais batizados naquele dia. O erro do padre não impediu-nos de concluir que se tratava de Luiza, avó de dona Maria, quilombola entrevistada. Afirmção viável através do cruzamento de fontes diversas, que tornaram possível encontrar ancestrais ainda mais antigos, que tinham no casal *Eva e Luiz* a sua origem mais remota, bem como na primogênita *Luiza*, cujo nome era uma referência ao seu pai africano.

A carta de alforria registrada em 11 de fevereiro de 1868<sup>8</sup> conta que Luiza era a primeira filha de Eva, escravizada por João Fernandes da Silva. A ação do senhor fazia parte do contexto marcado pela morte de sua esposa. O conteúdo da carta revelou que Luiza havia sido libertada pelo casal ainda na pia batismal, realidade que não se confirmou, devido ao

<sup>7</sup> Paróquia de Nossa Senhora Santa Ana do Uruguai. Livro de batismo nº 3, p.74.

<sup>8</sup> APERS. Carta de Liberdade. Livro 6 (1865-1868), p. 129v-130. Fundo Tabelionato do Município de Uruguiana. Subfundo: 1º Tabelionato. Livros notariais de transmissões e notas.

“desaparecimento” de seu registro de batismo, que de fato existiu, porém nele Luiza foi, equivocadamente, registrada como cativa do padre João Vicente Fernandes, por razões ainda incógnitas. Portanto, Luiza deveria ter sido liberta desde 1861. Uma vez tendo seu registro fraudado, esta concessão de liberdade na pia não pode ser comprovada. Ao que tudo indica, viveu como cativa até os oito anos, quando foi alforriada. Além de Luiza, seu irmão *Jeronimo*, batizado em 6 de março de 1867<sup>9</sup> teve alforria concedida naquele contexto, caracterizado como “aleijado”, tendo “todo o lado direito do corpo paralisado” e sofrer de “alienação mental”<sup>10</sup>. João Fernandes optou, portanto, em manter os pais da família em cativeiro, ao passo que libertara os dois filhos ainda menores de 10 anos.

Luiza e Jeronimo faziam parte da realidade de liberdade precária ou da precariedade estrutural da liberdade negra no Brasil, conformando experiências vividas materialmente junto às senzalas e às comunidades familiares escravizadas, constituída por pessoas que enfrentavam dificuldades de acesso a direitos e à cidadania, ainda marcadas pelo trabalho desde tenra idade. Liberdades também vivenciadas quando a escravidão seguia fortemente, tornando a vida destas, ainda que livres, sob risco de re-escravidão e privações de autonomia e direitos, ainda mais se considerarmos as condições de acesso a cuidados médicos que Jeronimo necessitaria (LIMA, 2005; CHALHOUB, 2010; GRINBERG, 2012; CARATTI, 2013).

Uma vez liberta Luiza manteve-se junto de sua família, que seguia cativa, e dos demais escravizados, libertos e suas famílias, que tinham relações que os coligavam enquanto sujeitos de experiências comuns, que teceram laços envolvendo apadrinhamento e amadrinhamento, compadrio e comadrio. Luiza seguiu trabalhando para as famílias senhoriais ali residentes, possivelmente, desempenhando serviços domésticos, como a maioria das mulheres quilombolas relatou, ao descreverem os serviços prestados há muitas gerações na família, ao passo que realizava, também, atividades em prol de sua família, que deram sustentação à constituição de um campesinato negro, com base no trabalho familiar para subsistência, a partir de roças próprias, como outros pesquisadores têm demonstrado ter sido comum em diferentes regiões (GOMES, 2015; MOLET, 2018; LEITE, 2004; BARCELLOS et al., 2004; RIOS; MATTOS, 2005; WEIMER, 2015).

Luiza e Jeronimo eram, também, irmãos de *Esperança*, nascida em 2 de novembro de 1863<sup>11</sup> e *Silvana*, nascida em 23 de abril de 1865<sup>12</sup>, ambas escravizadas como seus pais pelo mesmo senhor. A família de Luiza era parte importante de uma comunidade cativa muito maior, que ali viveu entre os anos 1850 e 1888. A qual foi possível redesenhar, por meio dos batismos da Igreja Católica, das cartas de alforria e dos inventários e testamentos encontrados. Tratava-se, na verdade, de 22 pessoas, entre os quais destacamos as três famílias

---

<sup>9</sup> Paróquia de Nossa Senhora Santa Ana do Uruguai. Livro de batismo nº 6, p.6v.

<sup>10</sup> APERS. Carta de Liberdade. Livro 6 (1865 - 1868), p. 130-130v. Fundo Tabelionato do Município de Uruguaiana. Subfundo: 1º Tabelionato. Livros notariais de transmissões e notas.

<sup>11</sup> Paróquia de Nossa Senhora Santa Ana do Uruguai. Livro de batismo nº 5, p.60.

<sup>12</sup> Paróquia de Nossa Senhora Santa Ana do Uruguai. Livro de batismo nº 6, p.6v.

escravizadas, constituídas pelas mães e casais *Rosa, Maria e Moisés* e, fundamentalmente, *Eva e Luiz*.

As famílias mencionadas eram constituídas por 16 das 22 pessoas localizadas no interior da comunidade escravizada por João Fernandes da Silva e Maria Innocência Vidigal entre 1850 e 1867<sup>13</sup>. Ou seja, 73% da comunidade cativa estava envolta em laços familiares, demonstrando a força destas relações. A maioria do grupo escravizado neste período era composta por crianças, todas nascidas no Brasil. Entre os adultos e idosos, a comunidade era constituída por cinco africanos, que eram parte significativa do grupo geracional mais velho. Sabendo suas origens e suas idades, foi possível observar que os casais constituídos eram formados por homens africanos mais velhos e mulheres nascidas no Brasil mais jovens.

A partir de 1870, a família formada por Eva e Luiz foi ampliada, trazendo a vida os filhos Ciryó, Rita, Bento, Martinha, Amalia e Dionacia, nascidos entre 1871 e 1879, portanto, nascidos de *Ventre Livre*, isto é, crianças tornadas livres, nascidas a partir da Lei 2.044, de 28 de setembro de 1871, cujas mães, entretanto, seguiam na condição de escravização. Tinham, por outro lado, suas liberdades regradas pela Lei, que previa a tutela e a utilização de suas forças de trabalho dos 8 aos 21 anos de idade (ALANIZ, 1997; PAPALI, 2003; PERUSSATTO, 2010; MACHADO et al., 2021). Entretanto, àquele contexto, Luiz e Eva configuraram uma família constituída pelo casal e seus 10 filhos, que, apesar de enfrentarem condições jurídicas diversas no interior do grupo, se mantiveram unidos, sem separações, vendas ou tutelas formais de seus familiares, por cerca de 20 anos a contar do nascimento da primogênita.

Uma notícia publicada em jornal em 1884 revelou, em parte, como foram os últimos anos de João Fernandes da Silva e as relações com as famílias escravizadas que ali sobreviveram. Em 2 de julho de 1884, o periódico *A Federação*<sup>14</sup> trouxe João Fernandes da Silva como exemplo de senhor escravista, sujeito que chegara ter mais de 20 pessoas escravizadas, e que à época passava a ser abolicionista, por “questões humanitárias”, descrito como generoso e “amigo” de seus ex-escravizados, pintando assim, uma imagem pacífica do convívio entre proprietários e libertos. O ponto alto daquela nota dizia respeito à permissão do senhor para que, ao redor de sua propriedade, os libertos vivessem estabelecidos em “grande número de pequenas casinhas cobertas de palha”. Pontuamos que a postura do senhor enquanto um “libertário” ocorreu apenas no final de sua vida, quando octagenário, em contexto de degradação de sua fortuna, muito próximo da Abolição, no último país das Américas que ainda mantinha a escravidão. O senhor agiu, portanto, a fim de permitir que ex-escravizados ali se mantivessem, trabalhando para si e o auxiliando em seus últimos anos de vida, quando não possuía mais proximidade com seus herdeiros, sendo viúvo há 17 anos.

Se o destino dos libertos foi, em grande parte, marcado pelas escolhas entre manterem-se nos territórios em que foram escravizados, negociando melhores condições de

<sup>13</sup> APERS. Inventário Autos nº 39, Maço nº 1, Estante nº 81. Uruguaiiana. Ano 1867. Inventariada: Maria Ignocencia da Silva (Maria Innocência da Silva). Inventariante: João Fernandes da Silva.

<sup>14</sup> Hemeroteca Digital Brasileira. *A Federação*, 2 de julho de 1884. Edição nº 150, Anno I, p.2.

vida e trabalho, ou migrarem para outros lugares, em busca de melhores condições (RIOS; MATTOS, 2005), dentro deste panorama acreditamos que as ações de Eva, Luiz e filhos, visaram ficarem unidos como família, negociarem o direito de ali permanecerem, com casas próprias, ainda que modestas, mas não mais senzalas. O cenário foi alterando-se para um território senhorial escravista em decadência, cujos escravizados e suas famílias conquistaram a liberdade jurídica, ainda que precária, tornando-se a maioria dos moradores naquela fazenda, onde passaram a manter certa produção independente e familiar, negociando, por outro lado, as suas condições de trabalho para os proprietários da região, em seus postos de trabalho rurais e serviços domésticos, evidente na memória quilombola que, em entrevistas, trouxe o trabalho de gerações para os “Martins de Oliveira”, vizinhos-parentes do ex-senhor, que deixaram descendência duradoura. Sob esta perspectiva, foram os vínculos familiares, vivenciados entre escravidão e liberdade, que impactaram as estratégias de busca por uma vida melhor para o grupo, que decidiu ficar. Mantiveram-se, portanto, em nome de seus laços familiares e relações horizontais estabelecidas, mais que por suposta gratidão e amizade ao senhor.

João Fernandes da Silva faleceu aos 81 anos, em 16 de março de 1886. Em seu testamento declarou possuir uma fazenda de indústria e pastoril, com campos e escravizados, “os quais tornava libertos por sua morte”, entre eles Eva e Luiz, que ficavam livres “em atenção ao bom serviço que me tem prestado”<sup>15</sup>. Diferente do jornal de 1884, o testamento dizia que os últimos escravizados foram libertos condicionalmente, até que sua morte se concretizasse, o que de fato ocorreu apenas em 1886. A condição de liberdade só ficou comprovada, com a prestação de contas do testamenteiro, em maio de 1888, quase junto da promulgação da Lei Áurea.

O africano Luiz Fernandes, ancestral mais longínquo da família quilombola, encerrou sua jornada em 5 de março de 1900<sup>16</sup>, tendo vivido apenas 14 anos em liberdade, colocando fim à primeira geração desta família. Através de seu registro de óbito, confirmamos a adoção generalizada do sobrenome *Fernandes* e verificamos outros passos do grupo familiar no pós-Abolição. Luiz teve o casamento com Eva, finalmente, reconhecido oficialmente, bem como a sua paternidade junto aos filhos que deixava: Luiza; Esperança; Silvana; Cyrio; Rita; Bento; Martinha e Dionácia. Os filhos Jeronimo e Amalia, provavelmente, não sobreviveram até aquele momento.

A história dos Fernandes seguiu sendo tecida pelas gerações que ali se mantiveram e a de seus filhos. Antes de morrer, Luiz já era avô da terceira geração da família, que nascia, efetivamente, em liberdade, tendo conhecido as netas *Eva*, nomeada em homenagem à avó, nascida em 1889, filha de Silvana<sup>17</sup>; *Rita* e *Julieta*, filhas de Luiza, nascidas

<sup>15</sup> APERS. Processo Autos de Testamento nº 162, Maço nº 6, Estante nº 80. Uruguaiiana. Ano 1886. Testador: João Fernandes da Silva. Testamenteiro: José Pereira da Rosa.

<sup>16</sup> Livro de Registros de Óbitos “C 1”, Vertentes, 2º Distrito de Uruguaiiana. Cartório Caiboathé (3º Distrito de Uruguaiiana). Registro nº 84, p. 35-36.

<sup>17</sup> Livro de Registros de Óbitos do Terceiro Distrito de Uruguaiiana (1918-1949). Cartório Caiboathé (3º Distrito de Uruguaiiana). Registro nº 12, p. 7v.

em 1893<sup>18</sup> e 1898<sup>19</sup> e os netos *Bento*, filho de Martinha, nascido em 1896<sup>20</sup>, e *Luiz*, filho de Rita, nascido em 1898<sup>21</sup> e que carregava o mesmo nome do avô.

**Imagem 2:** Foto de Rita Fernandes. Extraída de título eleitoral, de 1958.



**Fonte:** Acervo particular do historiador Dagoberto Alvim Clos. Fotografia realizada por Franciele Oliveira da foto original, em 18 de dezembro de 2019, na residência do historiador Dagoberto Alvim Clos.

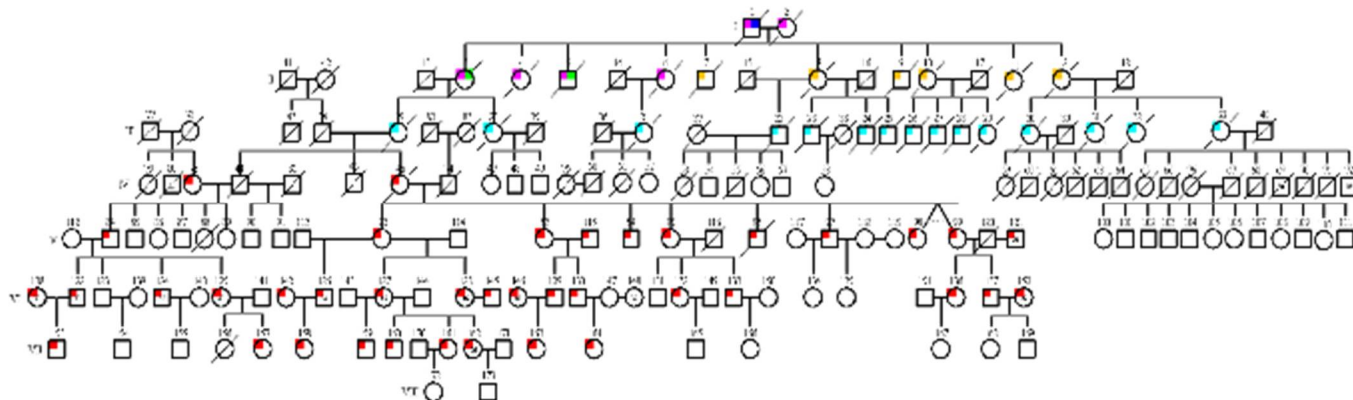
Luiz foi sepultado em cemitério particular, cuja localização se perdeu. A prática dos sepultamentos em terras de outros proprietários e patrões acompanhou a história da família, de modo que, até hoje, os quilombolas não conseguem acessar os locais onde seus ancestrais foram enterrados. No entanto, tais pessoas seguem vivas nas memórias da comunidade, que mantem vivos seus legados e mobiliza a noção de direito a terra onde vivem, tendo como base a ancestralidade e a família, que no passado e no presente cultivam aquele território.

<sup>18</sup> Livro de Registros de Casamentos do Terceiro Distrito de Uruguiana. Cartório Caiboathé (1921 – 1952). Registro nº 5, p. 14v.

<sup>19</sup> Livro de Registros de Óbitos do Terceiro Distrito de Uruguiana (1918-1949). Cartório Caiboathé (3º Distrito de Uruguiana). Registro nº 21, p. 11v.

<sup>20</sup> Livro de Registros de Óbitos do Terceiro Distrito de Uruguiana (1908-1918). Cartório Caiboathé (3º Distrito de Uruguiana). Registro nº 197, p. 111-112.

<sup>21</sup> Livro de Registros de Óbitos do Terceiro Distrito de Uruguiana (1895-1908). Cartório Caiboathé (3º Distrito de Uruguiana). Registro nº 59/262, p. 130.

**Imagem 3:** Representação genealógica da família Fernandes.

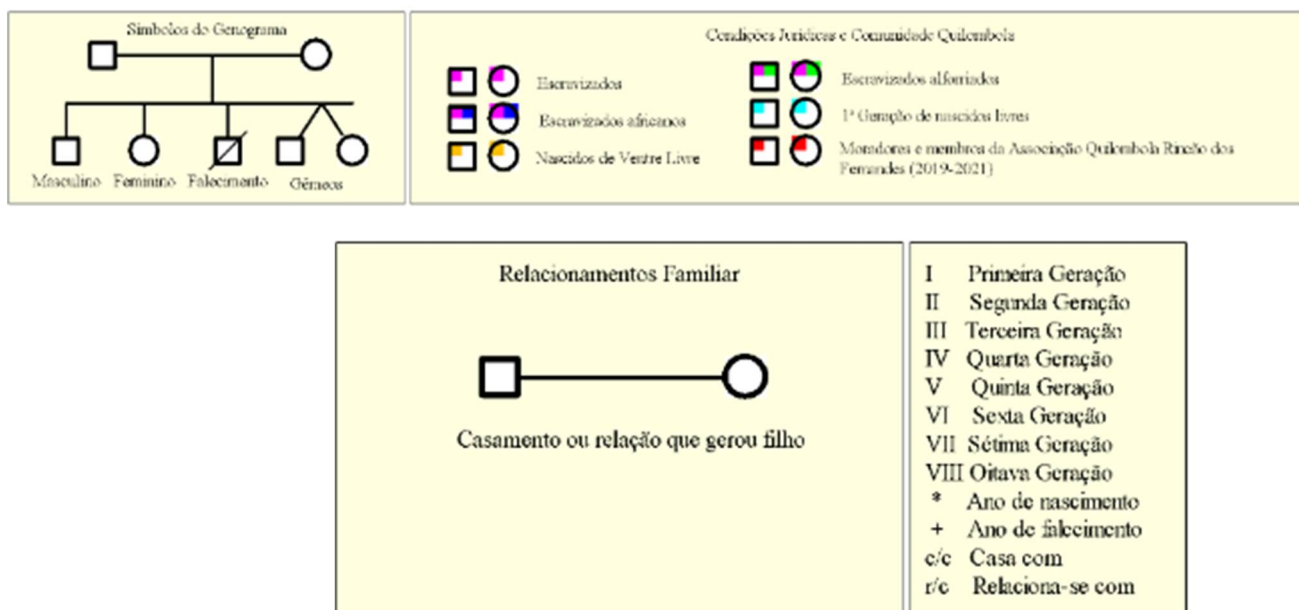
**Autoria:** Franciele Rocha de Oliveira e Vanessa Flores dos Santos (INCRA/RS). *Software* GenoPro.

- |   |   |   |
|---|---|---|
| <b>1-</b> Luiz Fernandes *1831 +05/3/1900 c/c Eva Fernandes.                              | <b>19-</b> Rita Fernandes (Rita Fernandes Sobrinha) *20/12/1893 c/c Florencio Fernandes de Castro em 28/8/1922. | <b>35-</b> Não identificado.  |
| <b>2-</b> Eva Fernandes *1841 c/c Luiz Fernandes.   | <b>20-</b> Julieta Fernandes *1898.   | <b>36-</b> Não identificado.  |
| <b>3-</b> Luiza Fernandes *14/9/1859 +9/7/1919.   | <b>21-</b> Eva Fernandes *1889 +16/4/1944.  | <b>37-</b> Mercedes Lopes r/c Adolfo Fernandes.   |
| <b>4-</b> Esperança Fernandes *2/11/1863 +2/12/1914.                                      | <b>22-</b> Adolfo Fernandes *1900 +22/5/1967 r/c Mercedes Lopes.  | <b>38-</b> Leila Bittencourt +1998 c/c Alcides Leão Fernandes Jardim.   |
| <b>5-</b> Jeronimo Fernandes *31/8/1863.  | <b>23-</b> Alcides Leão Fernandes Jardim *27/4/1904 +12/5/1969 c/c Leila Bittencourt.                           | <b>39-</b> Não identificado   |
| <b>6-</b> Silvana Fernandes *23/4/1865 +26/3/1919 r/c Onofre Lemos.                       | <b>24-</b> Luiz Fernandes *1898 +28/1/1905.   | <b>40-</b> Giorgino Vasconcellos r/c Vitória Esther Fernandes.  |
| <b>7-</b> Cyrio Fernandes *1871.  | <b>25-</b> Luiz Fernandes *1/1/1911.  | <b>41-</b> Pedro Fernandes de Castro *29/6/1860 c/c Joanna Evangelista de Castro.   |
| <b>8-</b> Rita Fernandes *12/7/1872 +6/8/1947 r/c Hildebrando Fernandes e Juvenal Jardim. | <b>26-</b> Bento Fernandes *1896.   | <b>42-</b> Joanna Evangelista de Castro +22/10/1921 c/c Pedro Fernandes de Castro.  |
| <b>9-</b> Bento Fernandes *1878 +18/7/1916.   | <b>27-</b> Onofre Fernandes *1902.  | <b>43-</b> Fortunato Fernandes de Castro.   |
| <b>10-</b> Martinha Fernandes (Martina) *1878 +18/9/1914.                                 | <b>28-</b> Pedro Bernabe Fernandes *1905 +29/11/1988.   | <b>44-</b> Adão Fernandes (Francisco Xavier de Adão Fernandes de Castro) *22/7/1923 +7/9/1965 c/c Maria Delza Gomes de Moraes em 30/7/1951. |
| <b>11-</b> Amalia Fernandes *3/10/1879.   | <b>29-</b> Honoria Fernandes *1909 +25/3/1919   | <b>45-</b> Ataides Fernandes *1925 +20/3/1961.  |
| <b>12-</b> Dionacia Fernandes *29/3/1879 +24/1/1921.                                      | <b>30-</b> Esperança Fê e Caridade Fernandes *14/9/1914 +18/5/2000.   | <b>46-</b> Maria Teresa de Castro Moraes (Maria Fernandes de Castro) *15/4/1930 +19/10/2020 c/c Alvisimo Moraes em 4/6/1952.                |
| <b>13-</b> Não identificado.  | <b>31-</b> Maria José Fernandes *4/3/1904 +16/9/1924.   |   |
| <b>14-</b> Onofre Lemos.  | <b>32-</b> Genoveva Fernandes *7/1/1911.  |   |
| <b>15-</b> Hildebrando Fernandes.   | <b>33-</b> Vitória Esther Fernandes *3/2/1909 +4/5/1981 r/c Giorgino Vasconcellos e Messias Antunes.            |   |
| <b>16-</b> Juvenal Jardim.  | <b>34-</b> Florencio Fernandes de Castro *10/1/1894 +6/2/1962 c/c Rita Fernandes.                               |   |
| <b>17-</b> Não identificado.  |   |   |
| <b>18-</b> Não identificado.  |   | <b>128-</b> Vera Lucia Moraes Brissuela   |



- 47- Edi Fernandes.  
 48- Walter Fernandes \*1/12/1931.  
 49- Antônio Conceição Fernandes \*8/12/1930.  
 50- João Cezar Fernandes (João Perna) r/c Almerinda Lacerda.  
 51- Maria Silvana Fernandes (Pituta).  
 52- Corinta Fernandes \*8/2/1928.  
 53- Elpidia Lopes Fernandes \*26/9/1920.  
 54- Aristide Lopes Fernandes \*8/5/1927.  
 55- Ary Fernandes \*1929 +4/6/1950.  
 56- Maria Lopes Fernandes \*30/7/1931.  
 57- Arnobio Lopes Fernandes \*30/11/1922.  
 58- Isabel Moraes \*1961.  
 59- Iara Fernandes (Maria Iara).  
 60- José Astor Fernandes  
 61- Dionacia Fernandes (Maria Dionacia) +2020.  
 62- José Antonio Fernandes.  
 63- José Alberto Fernandes  
 64- José Américo Fernandes  
 65- Carmem Mercedes Fernandes \*1950 +7/12/1960.  
 66- Arnaldo Fernandes.  
 67- Felipe Vasconcellos \*27/2/1931. +6/8/2013 c/c Zeli Menezes Vasconcelos.  
 68- Francisco Fernandes (Kiko).  
 69- Edison Fernandes (Chimango) \*7/4/1944 +10/4/1982.  
 70- Zaires Fernandes.  
 71- Negro Fernandes.  
 72- José Izar Fernandes \*7/12/1938.  
 73- Maria Delza Gomes de Moraes \*25/10/1928 c/c Adão Fernandes.  
 74- Alvimora Moraes \*?/12/1911 +7/5/1970 c/c Maria Teresa Fernandes de Castro.  
 75- Almerinda Lacerda r/c João Cezar Fernandes.  
 76- Zeli Menezes Vasconcelos c/c Felipe Vasconcellos.  
 77- Não identificado.  
 92- Vilma do Horto Fernandes \*9/4/1953 r/c José Maria Brissuela.  
 93- Vanda Maria de Castro Moraes \*19/7/1955 c/c Elpidio Caldeirão Falcão.  
 94- Valdoir Fernandes Moraes \*15/12/1957  
 95- Doraci Fernandes Moraes \*24/12/1958 r/c Antônio dos Santos.  
 96- Adir Fernandes Moraes \*28/9/1961.  
 97- Vidal de Castro Moraes \*18/10/1964 r/c Mônica Rosa, Andiará de Abreu Moraes e Stael Soraya dos Santos Rosa.  
 98- Maria Carolina de Castro Moraes \*31/1/1967.  
 99- Maria das Graças de Castro Moraes \*31/1/1967 r/c João Batista Moreira Martins e Paulo Sergio D'Avila da Silva.  
 100- Sílvia Fabiana Menezes Vasconcelos \*26/7/1978.  
 101- Olípio Vasconcelos \*1957.  
 102- Sérgio Vasconcelos \*1964.  
 103- Vitoriano Vasconcelos \*1970.  
 104- José Orestes Vasconcelos \*1958.  
 105- Lenira Vasconcelos \*1954.  
 106- Elenir Vasconcelos \*1959.  
 107- Jorge Vasconcelos \*1973.  
 108- Ester Vasconcelos \*1975.  
 109- Jorgino Vasconcelos \*1968.  
 110- Sandra Mara Vasconcelos \*1961.  
 111- Antônio Lucas Vasconcelos \*1980.  
 112- Tereza Serrano Fernandes c/c Luiz Alberto Fernandes.  
 113- Não identificado.  
 114- José Maria Brissuela r/c Vilma do Horto Fernandes.  
 115- Elpidio Caldeirão Falcão c/c Vanda Maria de Castro Moraes.  
 116- Antônio dos Santos r/c Doraci Fernandes Moraes.  
 117- Mônica Rosa r/c Vidal de Castro Moraes.  
 118- Andiará de Abreu Moraes r/c Vidal de Castro Moraes.  
 \*21/8/1975 r/c Luiz Fernando Lopes Rodrigues.  
 129- Juliano Moraes Falcão \*9/8/1982 c/c Ana Virginia Bitencourt Panerai.  
 130- Cristiano Moraes Falcão \*2/10/1985 r/c Lauane Nolasco e Priscila Espindola da Silva.  
 131- Antônio Moraes dos Santos.  
 132- Valquiria Moraes dos Santos r/c Taionam Braz Silva.  
 133- Rafael Moraes dos Santos.  
 134- Cintia da Rosa Moraes \*26/9/1989.  
 135- Viviane de Abreu Moraes \*30/7/2003.  
 136- Janaina Moraes Martins.  
 137- Leandro Moraes Martins \*16/4/1999 r/c Ana Luisa Severo dos Santos.  
 138- Eveliane da Silveira Fernandes \*10/3/1991 r/c Flavio Luciano Serrano Fernandes.  
 139- Não identificada.  
 140- Não identificada.  
 141- Não identificado.  
 142- Adriana Moraes r/c Fabiano Ataides Moraes.  
 143- Jesus Lopes r/c Vânia Lucia Moraes Brissuela.  
 144- Luís Flores r/c Vânia Lucia Moraes Brissuela.  
 145- Luiz Fernando Lopes Rodrigues r/c Vera Lucia Moraes Brissuela.  
 146- Ana Virginia Bitencourt Panerai \*19/6/1981 c/c Juliano Moraes Falcão.  
 147- Lauane Nolasco r/c Cristiano Moraes Falcão.  
 148- Priscila Espindola da Silva \*29/7/1989 r/c Cristiano Moraes Falcão.  
 149- Taionam Braz Silva r/c Valquiria Moraes dos Santos.  
 150- Não identificada.

- 78-** Izabel Gomes de Moraes \*28/2/1891.  
**79-** Lonsa Gomes de Moraes.  
**80-** Moisés Gomes de Moraes \*1922 +30/7/1953.  
**81-** Não identificado.  
**82-** Não identificado.  
**83-** Carolina Moraes.  
**84-** Luiz Alberto Fernandes \*21/3/1952 c/c Tereza Serrano Fernandes.  
**85-** Anzelmo Francisco Fernandes.  
**86-** Ester Helena Fernandes.  
**87-** Milton Fernandes.  
**88-** Berta Catarina Fernandes \*25/3/1953 +25/3/1953.  
**89-** Norma Terezinha Fernandes.  
**90-** Roberto Carlos.  
**91-** Sodré.
- 119-** Stael Soraya dos Santos Rosa r/c Vidal de Castro Moraes.  
**120-** João Batista Moreira Martins r/c Maria das Graças de Castro Moraes.  
**121-** Paulo Sergio D'Avila da Silva \*25/2/1968 r/c Maria das Graças de Castro Moraes.  
**122-** Flavio Luciano Serrano Fernandes \*9/5/1991 r/c Eveliane da Silveira Fernandes.  
**123-** Luiz Antonio Fernandes.  
**124-** Nei Gregorio Serrano Fernandes \*24/10/1984.  
**125-** Ana Terezinha Fernandes \*6/1/1982.  
**126-** Fabiano Ataídes Moraes \*6/8/1987 r/c Adriana Moraes.  
**127-** Vânia Lucia Moraes Brissuela \*7/1/1977 r/c Jesus Lopes e Luís Flores.
- 151-** Não identificado.  
**152-** Ana Luisa Severo dos Santos \*24/9/1992 r/c Leandro Moraes Martins.  
**153-** Gabriel.  
**154-** Não identificado.  
**155-** Cassiano.  
**156** – Tatiane.  
**157** – Ana.  
**158** – Valentina.  
**159** – Marcelo.  
**160** – Luís Brissuela Flores.  
**161** – Débora Brissuela Flores r/c Henrique.  
**162** – Marilia Brissuela Flores \*8/3/1995 r/c Fabiano Domingues.
- 163** – Isadora Panerai Falcão \*16/1/2011.  
**164** – Caetano Nolasco Falcão \*3/10/2018.  
**165** – Diogo.  
**166**– Eduarda.  
**167** – Juliana.  
**168** – Maria Cecilia.  
**169** – Antony.  
**170** – Henrique r/c Débora Brissuela Flores.  
**171** – Fabiano Domingues r/c Marilia Brissuela Flores.  
**172** – Letic a.  
**173** – Gustavo.



**Fontes:** Elaborado por Franciele Rocha de Oliveira através do *software Genopro*. Livros de batismos e óbitos da Paróquia Nossa Senhora Sant'Ana do Uruguai disponíveis na plataforma *Family Search*. Inventários, Testamentos e Livros civis cartoriais de registros de nascimentos, casamentos e óbitos dos cartórios de Uruguaiana, disponíveis na plataforma *Family Search*. Livros notariais de transmissões e notas do Arquivo Público do Estado (APERS) e Inventários do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado (ATJRS). Acervo particular do historiador Dagoberto Alvim Clos. Fontes orais, com base nas entrevistas com membros da Comunidade Quilombola Rincão dos Fernandes. Esta árvore contou com informações e a revisão de Dona Vanda Maria de Castro Moraes e informações através do contato com Sílvia Vasconcelos e Isabel Moraes.

### Memória, família e território: o processo de territorialização da comunidade quilombola de Rincão dos Fernandes

A narrativa fundacional do território quilombola de Rincão dos Fernandes está relacionada ao processo de apropriação socioespacial empreendido coletivamente pela família negra Fernandes ao longo de oito gerações, que ocuparam e ocupam efetivamente as terras localizadas na zona rural de Uruguaiana, no distrito de Vertentes. O grande ponto de convergência nas versões sobre o período, compartilhadas com a equipe de pesquisa pelos moradores de Rincão dos Fernandes, é o fato de manterem viva uma narrativa fundacional do quilombo. A esse respeito, argumentaremos que a narrativa sobre a gênese do quilombo é, também, uma narrativa importante a respeito do processo de conquista da liberdade, ou ao menos da condição de libertos, por alguns ancestrais que vivenciaram a experiência do cativo e a transpuseram em algum momento de suas vidas.

A ancestral Luiza Fernandes, falecida em 9 de julho de 1919<sup>22</sup>, mãe das irmãs Rita e Julieta, avó de Maria Teresa de Castro e bisavó de Vanda Maria de Castro Moraes, é reconhecida enquanto a grande matriarca e responsável por encetar uma trajetória coletiva e familiar que oportunizou às gerações atuais a permanência na terra e a afirmação de uma identidade étnico-racial enquanto remanescentes de quilombos.

Na entrevista realizada com Vanda Maria de Castro Moraes, legatária direta das terras que um dia foram conquistadas por sua bisavó e a geração dos irmãos da mesma, a questionamos sobre a trajetória da matriarca, pela recorrência de relatos em que a mesma figura como protagonista da gênese do quilombo<sup>23</sup>. Pudemos perceber que não havia precisão em relação aos dados apontados por nossa pesquisa, sobretudo em relação à idade que Luiza tinha quando foi alforriada e a forma como esse processo ocorreu. Apesar de narrar a trajetória de Luzia de uma maneira distinta, em relação ao que demonstra a pesquisa documental, cabe destaque na versão de dona Vanda o fato de que sua bisavó fora, supostamente, trazida aos 17 anos em um navio negreiro. Assim, buscamos apresentar a versão da oralidade sobre a trajetória da ancestral Luiza, a partir de uma chave de leitura de compreensão do valor atribuído às batalhas travadas por esses ascendentes, em busca de sobrevivência e superação das condições de vida precárias, mais do que confrontá-la com datas ou eventos que pudemos reconstituir a partir da pesquisa documental.

Interessa-nos, sobretudo, questionar acerca dos efeitos de uma “versão oficial” da história local, que pouco reconheceu da contribuição de comunidades remanescentes de quilombos e do patrimônio legado pela ancestralidade negra, e perceber que, mesmo diante dos efeitos de longo prazo desse apagamento da história da população negra na região, a memória familiar e comunitária resguarda narrativas potentes, como a conquista da liberdade por Luiza.

Assim, temos um registro significativo da versão local da constituição do território quilombola. O acesso às versões êmicas sobre a gênese do grupo nos oportunizou abordar a dimensão do que é invocado como origem e cultura comum (CUNHA, 1986), ou seja, as memórias sociais que remetem à ancestralidade negra e aos vínculos familiares e de parentesco, que oportunizaram a esse grupo de pessoas transpor a escravização e empreender um projeto coletivo de autonomia, ainda que esta tenha sido alçada por meio de diversas formas de negociação junto a sujeitos distintos, como as famílias senhoriais com quem negociaram a compra das terras em 1905 e mantiveram relações de trabalho no pós-Abolição.

Podemos depreender do diálogo com Vanda Maria de Castro Moraes, que a ocupação dessa porção de terras pela família Fernandes iniciou em período anterior à época em que foi realizado o registro formal da negociação empreendida por Luiza Fernandes e seus irmãos junto aos senhores de terras. A geração dos pais de Luiza (Eva e Luiz), desde há

---

<sup>22</sup> Livro de Registros de Óbitos do Terceiro Distrito de Uruguaiiana (1918-1949). Cartório Caiboathé (3º Distrito de Uruguaiiana). Registro nº 21, p. 11v-12.

<sup>23</sup> Vanda Maria de Castro Moraes: depoimento [17 de dezembro de 2019]. Uruguaiiana. Comunidade Quilombola Rincão dos Fernandes, 2019.

muito contribuía para a manutenção e segurança do patrimônio e, nesse sentido, a parentela negra buscou consolidar a permanência na localidade que já reconheciam como de sua efetiva moradia e trabalho, mesmo que a área negociada pudesse figurar no limite da propriedade da Estância Olhos D'Água, onde viveram como cativos. As negociações entre a família de ex-cativos e os senhores demandou um esforço coletivo dos Fernandes, no sentido de reunir os recursos financeiros disponíveis em uma soma considerável no valor de dois contos, cento e quarenta mil réis e, além disso, reforçar um compromisso moral junto às famílias da elite local.

Como indicado, sobretudo, através da Certidão nº 3.464 do Registro de Terras de Uruguaiana, com data de 22 de março de 1905<sup>24</sup>, esse processo de ocupação territorial coletiva foi assegurado por via legal pela geração de Luiza e seus irmãos. Conforme aponta a pesquisa histórica, esta geração seguiu a trabalhar, como homens e mulheres livres, para os filhos herdeiros do senhor de terras. É esse saber localizado e seguro sobre a origem da terra em que hoje vivem que Dona Vanda Maria de Castro Moraes alude, pois não há como questionar a origem das terras herdadas por parte de sua família materna, nem o patrimônio legado através da memória de sua bisavó Luiza. Além do mais, o legado familiar alude a saberes e habilidades laborais desempenhadas pelo coletivo, que estabelece relações de solidariedade e pertencimento no local há mais de 160 anos.

Por esse viés, o pleito territorial de Rincão dos Fernandes frente ao Estado brasileiro está fundamentado em um processo de resistência coletiva que vem assegurando, há diversas gerações, a permanência de uma comunidade rural negra nas terras legadas através de seus vínculos familiares e comunitários. Além disso, mobiliza um patrimônio oral vinculado à ancestralidade negra e às formas singulares com que esse processo de resistência foi erigido pelas gerações passadas e hoje povoa a memória social do grupo quilombola. Constatamos que as gerações apresentadas anteriormente encetaram relações territoriais específicas (ALMEIDA, 2002), com base em vínculos de afeto e solidariedade. Ao transporem um passado de exploração, buscaram tecer uma rede de relações com base em auxílio mútuo e coabitação dentre os núcleos familiares que foram sendo consolidados.

A geração dos descendentes do casal de ex-cativos Luiz e Eva Fernandes foi responsável pela busca dos aparatos de justiça legitimados no período e atenção às formas de registro da terra. Além disso, a fixação da parentela na localidade oportunizou maior autonomia – ainda que negociada - para que estabelecessem seus próprios arranjos territoriais, como a distribuição de núcleos familiares pela área em habitações distintas e para que assim construíssem novas casas ou mesmo reformassem antigos ranchos que já existiam dentre taperas. Além disso, na condição de homens e mulheres livres, seja porque alforriados anteriormente, nascidos de *Ventre Livre* ou pela Abolição, e mesmo tendo de encarar uma posição econômica desvantajosa na estrutura social vigente, ao que se somam os efeitos da

---

<sup>24</sup> Registro de Imóveis, Uruguaiana. Certidão emitida em 18 de janeiro de 2010. Oficial José Carlos Orcil de Medeiros, referente ao **Registro nº 3.464, de 22 de março de 1905**, Livro nº3-4, p.169. Acervo particular do historiador Dagoberto Alvim Clos.

discriminação racial no cenário de pós-Abolição, ainda assim puderam alçar novos planos como a possibilidade de escolha no cultivo de seus próprios plantios em sua própria terra, concomitante a trabalhos remunerados oferecidos a terceiros.

As memórias de Maria Teresa de Castro evidenciam que o quilombo já foi habitado por um número bem maior de núcleos familiares, todos ligados à parentela dos Fernandes, sendo possível vislumbrar outras relações e afetos que compunham o quilombo. Dessa série de dinâmicas sociais, destacamos alguns aspectos: a) o critério da consanguinidade embasa o pertencimento familiar, porém, há modulações a esse pertencimento, como o acento que Maria Teresa dá aos parentes da mãe, já fixados no território em questão; b) o destaque dado às mulheres de sua família materna, desde o legado da avó Luiza, até as mulheres mais velhas com quem Maria Teresa conviveu na infância, como a mãe Rita, a tia Julieta e as tias em segundo grau Vitória, Esperança, Fé e Caridade e Genoveva Fernandes<sup>25</sup>; c) a configuração das casas, à época nomeada como ranchos de barro, distribuíam núcleos familiares em diferentes taperas do território ocupado, em uma área possivelmente maior do que a área atualmente ocupada, se considerada a referência ao tamanho do registro de 1905.

Vitória Fernandes é uma referência importante para a memória do grupo. Segundo as quilombolas, ela foi uma mulher valente, reconhecida por toda a região como parteira e benzedeira renomada. Tia de segundo grau de Maria Teresa, Vitória é rememorada de maneira carinhosa, chamada como “vó Vitória” pelos filhos de Maria, demonstrando que, além do vínculo de consanguinidade, essa familiar possuía uma espécie de autoridade moral, relacionada à sua posição de mulher portadora de saberes tradicionais, como parteira e como conhecedora de ervas, unguentos, afumentações e benzeduras. Na memória de Maria das Graças de Castro Moraes<sup>26</sup>, fica evidente que “vó Vitória” é referência feminina importante, pelos conhecimentos tradicionais que detinha e vínculos de afeto que estabeleceu com os mais novos, a partir de práticas de cuidado e/ou de cura, em diversos casos, no momento de seus nascimentos<sup>27</sup>.

Dos oito filhos de Maria Teresa de Castro Moraes, seis nasceram de parto normal, partejados pela tia-avó Vitória. A referência a um vínculo familiar especial entre as crianças e suas ascendentes parteiras já foi observada em outras comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul (BARCELLOS et al., 2004; RUBERT, 2007; INCRA, 2015). No caso de Vitória, além de responsável pelos partos, ela assumia a tarefa de inserção ritual das crianças recém-nascidas através da realização do rito do batismo familiar.

---

<sup>25</sup> Durante a entrevista, Dona Maria referiu-se a tais primas também como “tias”. As irmãs Genoveva, Vitória, Esperança, Fé e Caridade e Maria José eram filhas de Dionacia Fernandes, irmã de Luiza.

<sup>26</sup> Maria das Graças de Castro Moraes: depoimento [17 de dezembro de 2019]. Uruguaiana. Comunidade Quilombola Rincão dos Fernandes, 2019.

<sup>27</sup> O termo “Vó de umbigo”, utilizado por Maria das Graças remete a um tipo de vínculo para além da relação consanguínea, como se evocasse a força da figura feminina, mais velha, responsável por receber novos descendentes de sua linha materna, nascidos em sua maioria no próprio quilombo.



*A parteira e artesã  
Vitória*

**Imagem 4:** Vitória Esther Fernandes. Autoria desconhecida, sem data.

**Fonte:** Dagoberto Alvim Clos (2011, p.30).

A expressão “batismo em casa” remete ao rito de tradição cristã católica, contudo é realizado pelos próprios familiares ou pessoas afins, escolhidas como padrinhos ou madrinhas da criança. Nesse rito de vinculação, tanto familiar quanto devocional, o uso de ervas e água de boa qualidade atua como elemento qualificador dos votos de proteção e boa saúde para com o recém-nascido.

No caso dos partos e batismos realizados por Vitória, é perceptível o acúmulo de saberes que foram aprendidos por ela e provável que por suas irmãs nos anos de convívio com a mãe, primas e tias. Assim, o manejo de ervas sacralizadas, como a arruda, usual nos batismos em casa, e de ervas de cura nativas do bioma pampa como o garupá, utilizadas para chás, xaropes e unguentos, demonstram a intensidade relacional com o território ocupado e percorrido pela coletividade negra. Nesse sentido, o rito do batismo em casa vincula os corpos que chegam à rede familiar aos elementos de força concentrados nas vidas não humanas, que perfazem o território, como as ervas tradicionais.

A trajetória biográfica de Rita Fernandes, a mãe de Maria Teresa de Castro Moraes, filha de Luiza, demonstra algumas dinâmicas sociais similares às que foram descritas em relação à sua prima e contemporânea Vitória, porém foram concentradas em núcleos familiares distintos que coexistiram e conviveram entre si, dentro do território tradicional. Podemos observar que, tanto Luiza, quanto Dionácia, as respectivas mães de Rita e Julieta, e das irmãs Vitória, Genoveva, Maria José e Esperança, Fé e Caridade, fixaram-se nas terras

do quilombo e constituíram seus próprios núcleos familiares. Não encontramos informações conclusivas a respeito da situação conjugal de ambas ao longo de suas vidas, nem o nome dos pais de seus filhos nos registros de nascimento a que tivemos acesso. De toda forma, as relações de reciprocidade estabelecidas no local com os parentes da família de origem materna, mas também com vizinhos e demais famílias negras que povoavam a zona rural e conviviam em bailes, celebrações religiosas e mesmo em locais de trabalho nas fazendas, contribuíram para o fortalecimento de vínculos de solidariedade.

Conforme os relatos, podemos observar que Maria Teresa contou com o auxílio não só de sua mãe, mas das primas e tias que residiam em uma tapera próxima e, no caso de Vitória, a responsável pela realização da maioria de seus partos e dos batismos de seus filhos. Assim, no convívio com as suas mães velhas, aprendeu sobre a vida de trabalhadora doméstica nas propriedades rurais do entorno, e também herdou saberes tradicionais, como o conhecimento de ervas, curas e práticas de um catolicismo popular, que repassou a seus filhos e filhas.

## Conclusão

Neste artigo apontamos algumas reflexões, a partir de evidências histórico-antropológicas, a respeito das gerações mais remotas que habitaram o território quilombola de Rincão dos Fernandes, incluindo Luiza, cuja neta até os pentanetos ocupam o território nos dias de hoje. Passados mais de 160 anos de seu nascimento, alguns de seus descendentes nunca a esqueceram, evidenciando o peso de sua história, passada através da oralidade por gerações.

Abordamos a trajetória da comunidade quilombola Rincão dos Fernandes com base na memória coletiva, através da análise de narrativas importantes para a tradição oral comunitária, a respeito do legado da ancestralidade negra e a resistência à opressão histórica sofrida. A narrativa fundacional do território quilombola aponta para um processo de territorialização empreendido coletivamente pelas famílias. No entrecruzamento de informações da memória social do grupo com a vasta pesquisa documental, pudemos identificar oito gerações, que viveram, trabalharam e empreenderam relações territoriais específicas nas terras tradicionalmente ocupadas.

O legado aciona, no tempo presente, um senso de justiça que reconhece as lutas travadas pelos antepassados, que vivenciaram a escravidão, conquistaram a condição de liberdade e empreenderam lutas por direitos. Essa trajetória de resistência se atualiza nas lutas do presente através da afirmação étnico-racial e do pleito por titulação coletiva de suas terras. Mesmo diante de tantas agruras vividas e superadas, ser capaz de resistir enquanto quilombolas, com toda a potência e toda a singularidade que os caracteriza como um grupo étnico diferenciado com uma demanda reparatória por regularização fundiária de seu território tradicional.

Este texto é dedicado à Maria Teresa de Castro Moraes (1930-2020), *in memoriam* e foi vencedor do 1º lugar, na categoria "Artigos" do Prêmio ADPERGS de Direitos



Humanos - Lélia Gonzalez, concedido em 2022 pela Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul.

## Referências

- ALANIZ, Anna Gicelle Garcia. **Ingênuos e libertos**: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1997.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os Quilombos e as Novas Etnias**. In: Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- BARCELLOS, Daisy Macedo de et. al. **Comunidade Negra de Morro Alto**. Historicidade, Identidade e Territorialidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- CARATTI, Jônatas Marques. **O solo da liberdade**: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). São Leopoldo: Oikos, 2013.
- CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**. São Paulo, n. 19, p. 33-62, 2010.
- CLOS, Dagoberto Alvim. **Marcas da escravidão**: A Cerca do Juquiri e os Quilombos de Uruguaiana. Uruguaiana: Gráfica Universitária, 2011.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.
- GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.
- GRINBERG, Keila. As desventuras de Rufina: escravidão, liberdade e tráfico de seres humanos na fronteira sul do Brasil no século XIX. In: MATTOS, Hebe; COTTIAS, Myriam. (Orgs.). **Escravidão e subjetividades no Atlântico luso-brasileiro e francês (séculos XVII-XX)**. Rio de Janeiro; Paris, OpenEdition Books, 2012.
- INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Relatório Sócio-histórico-antropológico da Comunidade Remanescente de Quilombos da Costa da Lagoa, 2015.
- LEITE, Ilka Boaventura. **O legado do testamento**: a comunidade de Casca em perícia. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.
- \_\_\_\_\_. Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, 2000, vol. 4, n° 2, p. 351.
- LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: Sob o domínio da precariedade: Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi**, v. 6, n. 11, jul-dez, pp. 289-326, 2005.
- LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, 2002, no. 322. Brasília/DF: Departamento de Antropologia.

- MACHADO, et al. *Ventres livres?: Gênero, maternidade e legislação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- MOLET, Claudia Daiane Garcia. **Parentescos, solidariedades e práticas culturais: estratégias de manutenção de um campesinato negro no litoral negro do Rio Grande Do Sul (do Século XIX ao tempo presente)**. Tese (Doutorado em História Social). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- MORAES, Vanda Maria de Castro. O grito negro na voz quilombola. In: CARDOSO, Oscar Henrique Marques. **Negras Palavras Gaúchas**. Volume 2. Porto Alegre: Evangraf, 2018. *Negras Palavras Gaúchas*. 2018.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. (Org.). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- PAPALI, Maria Aparecida C. R. **Escravos, Libertos e Órfãos: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895)**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. **Como se de ventre livre nascesse: experiências do cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS c.1860 - c.1888**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2010
- RUBERT, Rosane Aparecida. **A construção da territorialidade: um estudo sobre comunidades negras rurais da região central do RS**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.
- RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. **Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-Abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Felisberta e sua gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.